



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 202013

Código de validação: 59DD1F7608

Disciplina a instalação e o funcionamento de Unidade Interligada (U.I.) do Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) em estabelecimentos de saúde do Estado do Maranhão.

O DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a indispensabilidade do registro de nascimento à aquisição da condição de cidadão e ao pleno exercício dos direitos fundamentais, e a repercussão nos valores e nos princípios constitucionais atinentes à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.289, de 6 de dezembro de 2007, tendo o Estado do Maranhão celebrado o Termo de Adesão ao Compromisso Nacional de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, como igualmente constituiu o Comitê Gestor Estadual, na forma prescrita no Decreto nº 24.391, de 05 de agosto de 2008;

CONSIDERANDO o disposto no Provimento nº 13, de 3 de setembro de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde e prevê a instalação de Unidades Interligadas dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender efetivo acompanhamento dos processos de instalação e de funcionamento das Unidades Interligadas nos estabelecimentos de saúde em todo o Estado do Maranhão;

RESOLVE:

Art. 1º O funcionamento das Unidades Interligadas de Registro Civil das Pessoas Naturais em estabelecimentos de saúde no âmbito do Estado do Maranhão obedecerá ao disposto neste ato e no Provimento nº 13, de 3 de setembro de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça.

Parágrafo único. A unidade interligada fará parte do Serviço do Registro Civil de Pessoas Naturais da área geográfica em que se encontrar instalada a entidade hospitalar e poderá praticar os atos de registros dos óbitos ocorridos no local.

Art. 2º Os atos de registros de nascimentos serão realizados no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais - RCPN a que se encontra vinculada a unidade interligada, ou no Serviço de RCPN da área em que residem os pais, consoante o disposto no artigo 50 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 1º O exercício da faculdade concedida ao declarante quanto ao local do registro de nascimento será materializado mediante preenchimento e assinatura de termo de opção, o qual ficará arquivado no Serviço de RCPN responsável pela unidade interligada para efeito de controle e fiscalização.

§ 2º Na hipótese de o registro de nascimento ser feito no Serviço de RCPN vinculado à unidade interligada, caberá ao seu funcionário proceder ao registro no Sistema REGESTA, expedindo-se ao final a respectiva certidão de nascimento.

Art. 3º O procedimento de registro de nascimento iniciado perante a unidade interligada



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

deve observar os seguintes passos:

I - o declarante deve apresentar ao funcionário da unidade interligada seus documentos de identificação, a Declaração de Nascido Vivo - DNV, com data e local do nascimento, documentos oficiais que identifiquem o pai e a mãe do registrando, certidão de casamento dos pais, na hipótese de serem casados e incidir a presunção do art. 1.597 do Código Civil, além de exercer a opção a que se refere o § 1º do art. 2º, quando o local do nascimento do registrando for diferente do domicílio dos pais;

II - caso opte pelo registro de nascimento no Serviço do RCPN da área de residência dos pais, o declarante deverá preencher e assinar o termo de declaração de nascimento, e, em seguida, o funcionário da unidade interligada deverá verificar se o Serviço de RCPN indicado encontra-se interligado ao sistema e, em caso positivo, estabelecer contato com o referido serviço para confirmar a sua atribuição registral diante do endereço residencial informado e para comunicar a transmissão dos dados. O contato poderá ser feito por email, por fax ou outro meio idôneo de comprovação;

III - estabelecida a comunicação, o funcionário da unidade interligada procederá à digitalização dos documentos obrigatórios elencados na parte inicial do inciso I, bem como do termo de opção, do termo de declaração de nascimento e do ofício de encaminhamento, e ao seu envio por meio eletrônico, mediante assinatura digital.

IV - caso o Serviço de RCPN situado na área de residência dos pais ainda não faça parte do sistema interligado, e não haja opção pelo registro de nascimento na unidade interligada instalada no estabelecimento em que ocorreu o parto, deverá ser informada aos pais a necessidade de ser feito o registro diretamente no Serviço de RCPN da área de seu domicílio;

V - tratando-se de registro apenas com a maternidade estabelecida, será apresentado à declarante o formulário contendo as informações relativas à suposta paternidade, devendo ser observado o procedimento regulado na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, e o estabelecido no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 4º O oficial registrador do Serviço de RCPN da área de residência dos pais receberá o arquivo digital, confirmando imediatamente o seu recebimento e sua leitura.

§ 1º O oficial registrador verificará se estão preenchidos todos os requisitos para o registro de nascimento e, em caso negativo, deverá entrar em contato imediatamente com a unidade interligada para comunicar a pendência.

§ 2º Enviado o arquivo eletrônico a se refere inciso III do artigo anterior, a unidade interligada não mais poderá fazer o registro de nascimento, evitando-se assim a possibilidade de duplicidade de registros.

§ 3º Não sendo enviada qualquer resposta a cargo do oficial registrador do Serviço de RCPN indicado, no prazo de vinte e quatro horas, o fato deverá ser comunicado à Corregedoria Geral da Justiça para as providências disciplinares cabíveis, entregando o responsável pela unidade interligada ao declarante um recibo contendo o número da ON e seu nome, intruindo-o para retornar à unidade interligada ou dirigir-se ao Serviço de RCPN da residência dos pais para obter a certidão de nascimento.

Art. 5º Não havendo qualquer impedimento, o oficial registrador do Serviço de RCPN da área de residência dos pais procederá ao registro do nascimento, emitindo a respectiva certidão de nascimento, a qual ficará arquivada no cartório à disposição da parte interessada, pelo prazo de 90 dias.

§ 1º Caso o Serviço de RCPN da residência dos pais esteja localizado dentro do território do Estado do Maranhão, a unidade interligada procederá à impressão da certidão e sua entrega ao declarante, sendo vedada a emissão de segunda via naquela unidade.

§ 2º Quando o Serviço de RCPN estiver localizado fora do território do Estado do



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Maranhão, o oficial registrador do Serviço de RCPN da área de residência dos pais, ou preposto por ele indicado, enviará, por meio eletrônico, com assinatura digital, a cópia da certidão de nascimento, que será entregue ao declarante.

§ 3º Caberá ao funcionário da unidade interligada receber o arquivo eletrônico e proceder à confecção da certidão específica, a qual conterá os dados do registro de nascimento e receberá um selo de fiscalização próprio para o ato, sendo vedada a emissão de segunda via naquela unidade.

§ 4º A certidão será emitida pela unidade interligada observados o modelo padronizado nos Provimentos nºs 2 (de 27 de abril de 2009) e 3 (17 de novembro de 2009), ambos da Corregedoria Nacional de Justiça, e o número de matrícula constante do registro de nascimento realizado pelo Serviço de RCPN indicado.

Art. 6º Os dados digitalizados serão armazenados pelos Serviços de RCPN a que se encontram vinculadas as unidades interligadas, bem como pelos que procederam ao registro de nascimento.

Parágrafo único. O serviço responsável pela unidade interligada deverá encaminhar ao Serviço de RCPN que efetuou o registro da DNV e o termo de declaração de nascimento, em meio físico, conforme determinado no artigo 5º do Provimento nº 13, de 3 de setembro de 2010, podendo utilizar-se, para esse fim, do serviço de malote ou de correspondência existente junto à Direção do respectivo Foro.

Art. 7º Os Serviços de RCPN a que estiverem vinculadas as unidades interligadas deverão utilizar os formulários que compõem os anexos deste Provimento, relativos à opção pelo local em que será efetuado o registro de nascimento, ao termo de declaração de nascimento, ao termo de indicação de paternidade e ao ofício de encaminhamento de dados para registro.

Art. 8º Para efeito de ajudar no custeio da manutenção da unidade interligada, os registradores poderão celebrar convênio com o Poder Público ou com entidades privadas, hospitalares ou mantenedoras, o qual deverá ser submetido à prévia aprovação da Corregedoria Geral da Justiça, atendido o disposto no art. 11, § 4º, da Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009.

Art. 9º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 03/12/2013 16:08 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

TERMO DE OPÇÃO

Referente à DNV N° _____

DECLARO que me foi esclarecido, nesta Unidade Interligada, acerca da possibilidade de **REGISTRAR** o nascimento no cartório do local de **RESIDÊNCIA DOS PAIS** ou no cartório do local onde tiver **OCORRIDO O PARTO**.

DECLARO, ainda, que tomei ciência de que as futuras certidões referentes a este nascimento **SOMENTE** poderão ser obtidas no Serviço onde constar o registro.

ASSIM, FIRMO, PERANTE O RESPONSÁVEL DESTA UNIDADE INTERLIGADA, NOS TERMOS DA LEI, A **OPÇÃO POR REGISTRAR O NASCIMENTO** ESPECIFICADO NA D.N.V. ACIMA:

☐ NO CARTÓRIO DO **LOCAL DE RESIDÊNCIA DO PAI** ou DA MÃE, qual
seja: _____.
(NOME DO CARTÓRIO)

☐ NO CARTÓRIO DO LOCAL DESTA ESTABELECIMENTO DE SAÚDE.

_____, _____ DE _____ DE 20____.

NOME COMPLETO do DECLARANTE

Assinatura

CERTIDÃO – Certifico e dou fé, que a assinatura do presente termo foi lançada na minha presença. _____, ____/____/____.

(Assinatura e carimbo do Registrador)

ESPAÇO RESERVADO À UNIDADE INTERLIGADA PARA EVENTUAIS OBSERVAÇÕES

[illegible]

TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

ILMO(A) SR(A) DR(A) OFICIAL DE REGISTRO DO CARTÓRIO

Procedimento Administrativo de Averiguação Oficiosa de Paternidade nº _____
(A ser preenchido pelo Cartório de Registro do Nascimento)

Venho, por meio desta, conforme possibilita a legislação vigente, DECLARAR o nome do PAI de meu (minha) filho(a) _____, nascido(a) na data de _____, neste Hospital _____, DNV nº _____, registrado no Livro _____, folhas _____, termo _____, do Cartório _____, para AVERIGUAÇÃO OFICIOSA DE PATERNIDADE.

Ciente de que o **nome do pai não constará do registro de nascimento**, mas sim deste Termo de Alegação de Paternidade, informo os dados necessários para fins de dar início ao presente Procedimento Administrativo:

QUALIFICAÇÃO DA MÃE:

Nome: _____

Endereço: _____

Data de nascimento: _____, RG _____ órgão _____

CPF: _____ Telefone _____

Profissão: _____ Nacionalidade _____

Naturalidade: _____ Estado Civil _____

DADOS DO PAI:

() O PAI É FALECIDO

Nome: _____

Endereço: _____

Data de nascimento: _____, RG _____ órgão _____

CPF: _____ Telefone _____

Profissão: _____ Nacionalidade _____

Naturalidade: _____ Estado Civil _____

Anexo ao presente cópia dos seguintes documentos, conforme disposição legal:

- 1-Cópia da certidão de nascimento do(a) menor;
- 2-Cópia do meu RG e CPF.

Declaro que estou ciente **de que não serão praticados** pelo Oficial do Registro Civil atos, tais como: intimações, expedições de cartas precatórias, mandados e ofícios com a finalidade de localizar o endereço do suposto pai, bem como oitiva de testemunhas, uma vez que estas fogem às suas atribuições.

Havendo necessidade de tais atos serem praticados, a competente ação de investigação de paternidade deverá ser proposta pela parte interessada ou pelo Ministério Público na forma do § 4º do art. 2º da Lei 8.560/92.

Por fim, declaro que tomei conhecimento de que a notificação do Pai ora indicado deverá ser **encaminhada à direção do Fórum da Comarca na qual se situa este Serviço Extrajudicial**, cabendo a esta proceder ao envio da mesma ao destinatário, sendo que a remessa para endereço situado no mesmo Município de situação do registro civil deverá ser feita na modalidade "simples com comprovante de entrega", e a remessa em situação diversa deverá ser efetuada na modalidade "carta registrada", vedada, em qualquer caso, a utilização do serviço denominado "mão própria".

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura da Mãe

TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

Procedimento de Averiguação Oficiosa de Paternidade nº _____

TERMO DE DECLARAÇÃO

Nome: _____

RG: _____ expedido em _____ por _____

CPF: _____ Telefone: (____) _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Declaro que neste ato de registro de nascimento do(a) meu(minha) filho(a), nascido(a) aos _____, no Livro nº _____, folhas _____, termo _____, **NAO DESEJO DAR A CONHECER O NOME E ENDEREÇO DO PAI**, uma vez que:

- () O mesmo é falecido;
- () Não sei informar qualquer dado que permita identificar ou localizar o mesmo;
- () Sei o seu nome e endereço, no entanto, não quero dar a conhecer a paternidade pelos seguintes motivos de cunho pessoal:

Declaro, ainda, que me foi informado e esclarecido **TODO** o procedimento de averiguação oficiosa pelo(a) escrevente desta Unidade Interligada e, de livre e espontânea vontade, **OPTEI** por não informar o nome do pai.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____, _____ de 20 _____ .

Assinatura da Mãe

ILUSTRÍSSIMO SENHOR OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Apresento a **DNV** nº _____ e requeiro a Vossa Senhoria, que proceda ao **registro de nascimento** do(a) menor ainda não registrado(a):

DADOS A SEREM LANÇADOS NO REGISTRO DE NASCIMENTO

• **NOME:** _____
do sexo _____, nascido(a) no dia _____ de _____ de _____,
em/na/no _____, Estado de/da/do _____, às _____,
filho(a) de _____

• **GENITOR:** _____
(nacionalidade) _____, (estado civil) _____ (profissão) _____
CPF _____, RG/ÓRGÃO EMISSOR _____, TEL.: _____
Outros documentos (ex.: certidão de nascimento, livro, fls. Termo e serviço): _____
Endereço: _____

• **GENITORA:** _____
(nacionalidade) _____, (estado civil) _____ (profissão) _____
CPF _____, RG/ÓRGÃO EMISSOR _____, TEL.: _____
Outros documentos (ex.: certidão de nascimento, livro, fls. Termo e serviço): _____
Endereço: _____

▪ **Sendo** avô paterno: _____ e
avó paterna: _____ e
avô materno: _____ e
a avó materna: _____

▪ **O(A) REGISTRANDO(A) É GÊMEO(A)?** () **NÃO** () **SIM**, sendo _____ gêmeo(a),
irmã(o) de mesma gestação de _____

DECLARANTE E RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE

É o que se requer, nestes termos.

(Local) _____ de _____ de _____.

1. Assinatura da **GENITORA**, se presente: _____
Assinatura do responsável pela **GENITORA**, se houver: _____

2. **SUBSCREVO O REQUERIMENTO ACIMA, COMO DECLARANTE, EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DOS DEMAIS COM PREFERÊNCIA LEGAL.**
ASSINATURA DE **OUTROS DECLARANTES**, se for o caso: _____

NOME: _____
(nacionalidade) _____, (estado civil) _____ (profissão) _____
CPF _____, RG/ÓRGÃO EMISSOR _____, TEL.: _____
Outros documentos (ex.: certidão de nascimento, livro, fls. Termo e serviço): _____
Endereço: _____

3. **SUBSCREVO O REQUERIMENTO ACIMA E DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE SOU O PAI DO (A) REGISTRANDO (A), CIENTE DE QUE TAL RECONHECIMENTO É IRRETRATÁVEL E IRRENUNCIÁVEL, DEVENDO CONSTAR MEUS DADOS NO REGISTRO DA CRIANÇA**

Assinatura da **GENITOR**, se presente: _____
Assinatura do responsável pela **GENITOR**, se houver: _____

TESTEMUNHAS, QUANDO FOR O CASO

CONFIRMAMOS A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES ACIMA, SOB AS PENAS DA LEI

TESTEMUNHA 1: _____
(nacionalidade) _____, (estado civil) _____ (profissão) _____
CPF _____, RG/ÓRGÃO EMISSOR _____, TEL.: _____
Endereço: _____
Assinatura: _____

TESTEMUNHA 2: _____
(nacionalidade) _____, (estado civil) _____ (profissão) _____
CPF _____, RG/ÓRGÃO EMISSOR _____, TEL.: _____
Endereço: _____
Assinatura: _____

CERTIDÃO - Certífico e dou fé, que as assinaturas do presente foram lançadas na minha presença e que inutilizei os campos deixados em branco.

(Local)

(Assinatura e Carimbo do Escrevente)

Ilustríssimo Oficial do _____

Conforme opção firmada pelo (a) interessado (a), perante esta Unidade Interligada instalada no _____, com sede na _____, vinculada ao Serviço Extrajudicial do _____, encaminhamos à Vossa Senhoria, com fulcro no Provimento CNJ nº 13/2010 e no Provimento GGJ/MA nº ____/2013, os documentos marcados abaixo, para a lavratura do registro de nascimento descrito na D.N.V nº _____, emitida neste estabelecimento de saúde.

Na oportunidade, solicitamos, com base nas referidas normas, que após a lavratura do assento e **emissão física do traslado respectivo, nos seja encaminhada, eletronicamente com certificado digital, a imagem digitalizada deste**, deixando seu original à disposição do (a) interessado (a) em sua sede, pelo prazo legal ou regulamentar.

Atenciosamente,

(Local) _____, _____ de _____, de _____

Tel: _____ e-mail _____

SEGUEM:

- ☐ TERMO DE OPÇÃO PELO REGISTRO NO SEREVIÇO DA RESIDÊNCIA
- ☐ DNV-DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO
- ☐ TERMO SUBSCRITO PELO (A) DECLARANTE E POR TERCEIROS, QUANDO A LEI IMPÕE
- ☐ TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE
- ☐ DOCUMENTOS PESSOAS DA GENITORA
- ☐ DOCUMENTOS PESSOAS DO GENITOR
- ☐ DOOCUMENTOS PESSOAS DO (A,S) RESPONSÁVEL(EÍS) PELA GENITORA
- ☐ DOOCUMENTOS PESSOAS DO (A,S) RESPONSÁVEL(EÍS) PELO GENITOR
- ☐ DOCUMENTOS PESSOAIS DAS TESTEMUNHAS
- ☐ OUTRO (S): _____

